



PROJETO DE LEI Nº ____ DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.021.

“Dispõe sobre a alteração da alíquota suplementar para cobertura do déficit técnico e o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, dando nova redação ao artigo 94 da Lei nº 1.912, de 20 de maio de 2014, e dá outras providências”

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – O artigo 94 da Lei 1.912, de 20 de maio de 2014, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 94. A contribuição previdenciária compulsória dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, constituída de recursos consignados no orçamento desses órgãos ou entes, será de 16,80% (dezesesseis inteiros e oitenta centésimos por cento) da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição, referente a alíquota patronal – órgãos empregadores, acrescido de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição, referente a alíquota patronal – despesas administrativas, acrescido de 13,92% (treze inteiros e noventa e dois centésimos por cento) da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição, referente a alíquota suplementar, totalizando 32,22% (trinta e dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição, devendo o produto da arrecadação ser contabilizado em conta específica”.

Artigo 2º - Fica revogado o artigo 168 da Lei 1.912, de 20 de maio de 2014.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, 05 DE FEVEREIRO DE 2.021.


EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI
PREFEITO MUNICIPAL